

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1331100 - MS (2018/0181802-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MRV PRIME CITYLIFE INCORPORACOES SPE LTDA**
ADVOGADOS : **ANDRÉ JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA -**
MG080055
LEONARDO FIALHO PINTO E OUTRO(S) - MG108654
AGRAVADO : **RAFAEL ALMEIDA DINIZ**
AGRAVADO : **TANIA MARA SCHEFFER**
ADVOGADO : **EVANDRO SANCHES CHAVES - MS012340**
INTERES. : **FÁCIL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA**
ADVOGADOS : **GUILHERME FERREIRA DE BRITO - MS009982**
HENRIQUE DA SILVA LIMA - MS009979
PAULO DE TARSO AZEVEDO PEGOLO - MS010789
INTERES. : **BURITI COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS**
LTDA - ME
ADVOGADO : **OTACILIO PERON - MT003684A**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO SUBSCRITOR DO RECURSO. INTIMAÇÃO. REGULARIZAÇÃO. FALHA NÃO SUPRIDA. DECISÃO SURPRESA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRADO DESPROVIDO.

1. Interposto recurso por advogado sem procuração dos autos, dele não se pode conhecer, nos termos dos arts. 76, § 2º, I, c/c 932, parágrafo único, do CPC/2015, na hipótese em que a parte recorrente, instada a regularizar a representação processual, não a promove no prazo que para tanto lhe foi assinado.
2. Tendo a parte sido previamente intimada, concedendo-se, naquela oportunidade, o prazo de 5 (cinco) dias, não apenas para ela se manifestar, mas também para sanar o vício relativo à representação processual, mostra-se descabida a alegação de ofensa ao art. 10 do CPC/2015.
3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator